

Editorial

Dep. Anderson Aduato

Ao editar o número 10 dos "Cadernos da Escola do Legislativo", a Assembléia mineira vê consolidar-se o êxito de uma iniciativa de múltiplos e válidos objetivos, entre os quais o de conscientizar politicamente a sociedade para que participe das decisões nacionais.

O presente número dá seqüência ao conteúdo dos anteriores e se harmoniza com ele, ao focar temas como a realidade federativa na chamada "República Velha"; o trabalho das ONG'S diante dos efeitos da globalização e das políticas neoliberais; a utilização dos recursos da Informática na esfera política; e a nova ordem política implantada no Velho Continente com o advento da União Européia. No capítulo "Documenta", analisam-se as questões suscitadas pela Constituinte de 1891, entre elas uma que permanece de formidável atualidade: o sistema previdenciário dos servidores públicos.

A questão federativa se reveste de particular atualidade. Uma de nossas preocupações, na presente Legislatura, tem sido exatamente a crise por que passa a Federação brasileira. Em função de um Executivo Federal centralizador e mesmo autocrático, os Estados e municípios dispõem hoje de autonomia meramente nominal. Um retrospecto do que ocorreu, nesse aspecto, nos primórdios da Era Republicana, só pode subsidiar-nos para enfrentar a situação presente.

A atuação das ONGs é uma realidade positiva, e o que fazem e podem elas fazer ante os efeitos da globalização é o que está em causa. Quanto à utilização da Informática, basta dizer que vivemos hoje num mundo absolutamente informatizado. Alhear-se à tecnologia, portanto, seria atitude fútil e retrógrada.

A União Européia constitui comprovação de que — quando os homens se entendem — o que parecia impossível deixa de o ser. Juntar nações e povos tão díspares é o que se está conseguindo no Velho Continente, e devemos acompanhar com atenção esse desdobramento político portentoso.

Quanto à questão previdenciária do servidor público, não nos podemos esquecer de que a Assembléia mineira está atenta e atuante. Temo-nos — na medida de nossa competência — esforçado para que o equacionamento se faça nos limites da viabilidade financeira estatal, mas nunca em prejuízo do servidor.

A aceitação obtida pelos "Cadernos da Escola do Legislativo" junto ao povo que representamos nesta Casa é sintomática: é que estamos vivendo e convivendo com uma sociedade cada vez mais politizada e exigente quanto ao acesso às informações. Saber que estamos contribuindo para o atendimento de tal exigência é gratificante para o Parlamento de Minas Gerais. Afinal, fica mais uma vez comprovado que este Legislativo não se isola nem se limita à função legisladora, mas responde com firmeza à responsabilidade político-parlamentar que lhe outorgou o povo mineiro.